

A infantilização de mulheres brancas: dispositivo de raça, gênero e classe na construção de subjetividades

*Fabiane Albuquerque*¹

*Vanessa Diniz*²

Resumo

Este artigo busca discutir sobre a construção da subjetividade de mulheres brancas, enquanto infantilizadas. Para isso, nos valem da Autoetnografia como método que nos permite trazer nossas vivências e experiências de mulheres negras na interação com as primeiras, pois construídas como a Outra das mulheres brancas, percebemos o quanto somos “adultizadas” desde tenra idade, colocadas na relação com elas enquanto suas conselheiras, cuidadoras, ouvintes e suporte, material e emocional. O arcabouço teórico para tecer nossas reflexões e embasar nossos argumentos é dado, sobretudo, pelos estudos sobre Relações Raciais e pela Teoria Feminista Negra. As feministas negras mostram a intersecção nas formas de opressão e os impactos nas subjetividades e, por conseguinte, na forma de ser e de estar no mundo. Mulheres não partilham da mesma condição de gênero, uma vez que este marcador não dá conta, sozinho, de explicar as diferenças das nossas existências. Raça e classe nos distanciam e, por vezes, até mesmo da ideia de gênero que, como diz Angela Davis, nos foi negado quando quiserem se apropriar de nossa mão de obra, igualando-nos à força de trabalho dos homens negros ou nos animalizando. Mulheres brancas ocupam um lugar simbólico e estrutural, que lhes garante formas de tratamentos diferenciadas como a “paparicação” e a infantilização.

Palavras-chave: Mulheres, Brancas, Infantilização, Raça, Brasil

The infantilisation of white women: a device of race, gender and class in the construction of subjectivities

Abstract

This article seeks to discuss the construction of subjectivity of white women as infantilized. For this, we make use of Autoethnography as a method that allows us to bring our experiences of black women in interaction with the former, because constructed as the Other of white women, we realize how much we are “adultized” from an early age, placed in the relationship with them as their advisors, caregivers, listeners and support, material and emotional. The theoretical framework to weave our reflections and support our arguments is given, above all, by the studies on Racial Relations and Black Feminist Theory. Black feminists show the intersection in the forms of oppression and the impacts on subjectivities and, consequently, on the way of being and being in the world. Women do not share the same gender condition, since this marker alone cannot explain the differences in our existences. Race and class distance us, sometimes even from the idea of gender, which, as Angela Davis says, has been denied to us when they want to appropriate our labour, equating us to the labour force of black men or animalising us. White women occupy a symbolic and structural place, which guarantees them differentiated forms of treatment such as “paparization” and infantilization.

Keywords: Autoethnography. Life stories. Intersectionality. Black feminism.

1 Doutora em sociologia pela Unicamp, master em Filosofia pela Università di Verona, Itália, Mestrado em Sociologia pela Unicamp, escritora do romance *Cartas a um Homem negro que amei*, pela Editora Malê, textos e ensaios sobre Feminismo negro, no Portal Geledes e vencedora do Prêmio Scritori Città di Siena, Itália, em 2020.

2 Doutora e mestre em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), especialista em Saúde mental Infanto-juvenil pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), atua como psicóloga clínica Desenvolve estudos sobre as subjetividades pretas em diáspora, com ênfase em: racismo institucional brasileiro e saúde mental da população do povo preto.

1. Introdução

Era início dos anos oitenta. Eu morava no interior de Minas Gerais e tinha mais duas irmãs mais velhas, consideradas brancas na sociedade brasileira. É importante ressaltar que, no Brasil, a branquitude não é uma questão de ancestralidade, como nos Estados Unidos, mas de fenótipo. Ao lado de nossa casa morava também uma prima, um ano mais nova que eu, também branca. Desse período, lembro-me que eu, já aos oito ou nove anos, era aquela requisitada para ir ao mercadinho para a minha avó e para a minha tia, embora as minhas duas irmãs e prima também pudessem ir. Inclusive, eu também precisava comprar cigarros para outra tia, mesmo ela tendo dois filhos mais velhos que eu. Hoje relendo tudo isso, percebo que meu corpo de menina negra evocava a rua, a força, a esperteza e a desproteção, além da hiper sexualização. Crescendo, minha prima sempre foi escolhida para ser dama de honra de casamentos da família, porque tinha “traços delicados” e jeito de “boneca”. Sua timidez era valorizada como atributo de feminilidade e com isso, todos à sua volta deviam protegê-la, inclusive eu. Nós duas estudávamos na mesma sala e a professora me colocou para ajudá-la nas tarefas de casa. Com o tempo, nossa relação se intensificou e nos tornamos amigas. Eu, com postura protetiva, conselheira, sempre atenta à escuta dos seus problemas, tornei-me sua “tutora”. Era eu quem viajava para visitá-la no interior, mesmo morando em Goiânia, e, mais tarde, na Itália. Eu sempre estava à sua disposição, até que mudei para o Brasil novamente e surgiu a possibilidade de prestar concurso na sua cidadezinha. Antes da prova fui visitar o local e procurar casa e escola para o meu filho. Minha prima nunca trabalhou fora, foi criada para estar em casa e, para que não lhe faltasse nada. Naquela ocasião ela me disse: “Espero muito que você passe nesse concurso e venha morar aqui, assim você me leva para passear”. Sua frase mexeu comigo e foi ali que se tornou clara a 3 nossa relação, pois eu estava chegando na cidade, nada conhecia, mas eu já era vista como aquela que se ocuparia dela. O que isso revela? Que os nossos corpos foram nos empurrando para lugares, materiais e simbólicos e que somente ele explica a formação de nossas subjetividades a partir dos afetos que recebemos, bem como do cuidado (ou não) e dos discursos sobre quem éramos ou deveríamos ser. A nossa socialização racista nos colocou, cada uma

no seu lugar, na estrutura social e familiar. Somente o gênero, aqui, não explica porque ela foi sempre cuidada, paparicada e infantilizada e eu, requisitada para cuidar.

(Fabiane Albuquerque).

Como mostra o relato acima, é esta relação com mulheres brancas que vamos discutir neste artigo, usando a Autoetnografia como método que considera a experiência, as vivências e as memórias pessoais importantes fontes de acesso ao conhecimento de uma realidade que, talvez, de outra forma não seria possível acessar ou conhecer. Como diz bell hooks, a experiência “pode informar o modo como sabemos o que sabemos.” (HOOKS, 2013, p. 122-123). Nessa linha, a Autoetnografia é um método rico e eficiente por trazer a subjetividade de quem produz conhecimento enquanto fonte para o acesso à uma determinada realidade. Mari Steban (2004:16), antropóloga espanhola, diz que esse método ainda encontra resistências nas Ciências Sociais devido à tradição positivista que deu status à objetividade e à distância entre o investigador e o objeto investigado como única forma legítima de produção científica. Por isso, a autora diz não abrir mão de reconhecer o “valor da experiência pessoal” e do “subjetivo” (STEBAN, 2004: 17). Para Steban, se trata de uma estratégia única que liga conteúdos e interpretações da experiência, inacessíveis de outra forma, além de contribuir com a metodologia, uma vez que a leva a uma revisão crítica profunda dentro das disciplinas.

A Autoetnografia, como o nome já diz, se dá quando o pesquisador não exime de analisar a própria experiência e as interconexões da própria vida com o tema estudado, pois segundo Haraway (1995: 19), toda visão sobre determinado fenômeno possui uma “natureza corpórea”, o que Steban (ibidem, p. 2) chama de “antropologia encarnada”. Ela reivindica o exercício de auto-observação e de “partir de si mesma” para entender melhor o outro. Esse exercício, para nós, mulheres negras, não é tarefa difícil, uma vez que conseguimos ver, além de nós mesmas no olhar dos outros enquanto corpos racializados, também este Outro que sempre nos definiu: o branco.

Obviamente, a experiência sozinha e isolada não produz pensamento ou teoria social, sendo necessária que haja, entre outros aspectos, a passagem crucial como

a “objetivação da subjetividade” apontada por Bourdieu (2003). Olhar para nossas vivências nas relações com mulheres brancas é de fundamental importância para entender este fenômeno brasileiro da infantilização das primeiras.

Aquelas das classes médias e altas são socializadas, em geral, com empregadas domésticas lhes servindo, muitas delas negras e, desde cedo, sabem que existe uma outra, racializada, à sua disposição, não somente para as tarefas da casa, mas para a afirmação do próprio ego e da identidade racial, de gênero e de classe, enquanto aquela que precisa dos cuidados no trabalho doméstico e emocionais de outra mulher. Esta relação molda até mesmo a linguagem. Não raro as vezes em que elas aparecem em redes sociais ou programas com o tom de voz infantilizado, chorando ou fazendo “birra”. Estas são, basicamente, algumas das atitudes utilizadas para se evitar assuntos constrangedores, para silenciar discussões que gerem algum tipo de tensão e, assim, serem vistas como “frágeis”. Atributos morais são nuances de sentimentos e crenças estruturadas socialmente, a partir da aparência física que serve de garantia de integridade e de “paparicação”³, mesmo que mulheres brancas cometam alguma transgressão. O mesmo não acontece com mulheres negras, pois não somos autorizadas a utilizar da mesma estratégia para mobilizar afetos. Muito pelo contrário, nossas características e atributos morais, intelectuais ou físicos, são fixadas a partir de tudo aquilo que é socialmente recusável ou inferior, como por exemplo, a agressividade, amargura, animalização, hipersexualização, fortaleza, servidão etc. Portanto, vivemos cotidianamente em uma relação assimétrica à condição da Outra branca.

Lembro de como fiquei inquieta, em 2006, com a reportagem⁴ exibida pelo Fantástico, com Suzana Von Hichthofen, presa em 2002 pelo assassinato dos pais, Manfred Alfred e Marisia Von Richthofen, com

³ Paparicação é o ato de mimar demasiadamente o outro e investir carinho e atenção. Nesse caso, a referência do conceito é a pesquisa denominada “Infância, raça e paparicação”, de Fabiane de Oliveira e Anete Abramowicz (2010), a qual aponta o fato de crianças, já na primeira infância, serem tratadas de modo diversificado, de acordo com a raça/cor da pele. As autoras concluíram no referido estudo que crianças brancas recebiam mais atenção dos educadores da creche pesquisada, além de elogios e cuidados comparadas às crianças negras.

⁴ Esta reportagem está disponível em : <https://www.youtube.com/watch?v=8Mj4qVm5teU>. Acessado em fevereiro de 2022. Algo interessante de ressaltar é que a história de Suzana Von Hichthofen serviu de inspiração para o diretor Maurício Eça lançar dois filmes, um deles, *A menina que matou os pais* (2021), que atribui à personagem um comportamento manipulador, mas preserva sua imagem infantilizada.

a ajuda do namorado Daniel Cravinhos e de seu irmão. Nos bastidores da entrevista, a repórter havia flagrado o advogado, Denivaldo Barni, instruindo a acusada a “chorar” para finalizar a entrevista. Ao assumir uma atitude “infantilizada” - visível através da vestimenta, da impostação da voz, dos movimentos corporais e, principalmente, do choramingar - Suzane se utiliza da sua brancura para distanciar-se das tipificações da imagem de mulher criminosa. Vale lembrar que nesta mesma reportagem, Suzana foi apresentada pelo jornalista Zeca Camargo como a “menina bem nascida”, ou seja, mesmo sendo acusada de cometer um crime hediondo. Ela é infantilizada em rede nacional, sendo-lhe preservada a integridade moral, sob o véu da “paparicação”, manifestada pelo referido “elogio”. Ser “bem nascida”, ou melhor, ser mulher branca burguesa, em um país racista como o Brasil, não é qualquer coisa, isso evidencia que o fenótipo do branco não coloca em xeque a sua imagem, integridade ou excelência, mesmo diante daquilo que é socialmente indesejável ou inaceitável.

(Vanessa Diniz)

Obviamente que nas nossas análises consideramos que mulheres brancas das classes trabalhadoras não possuem os mesmos privilégios que as brancas burguesas, mas afirmamos que o sofrimento de ambas produz mais comoção pública que os de mulheres negras. O sociólogo cubano Carlos Moore (2012) explica este fenômeno como insensibilidade sociorracial, sendo um produto do racismo que se manifesta quando pessoas fenotipicamente parecidas podem angustiar-se diante da doença de um cachorro, mas não desenvolver qualquer comoção perante a um quadro de opressão racial. Ele afirma que o racismo coloca uma barreira de insensibilidade, rejeição, de brancos (as) para com o sofrimento daqueles que são fenotipicamente diferentes deles (*ibidem*, p.24). Por isto, é tão importante discutir tais atribuições sociais associadas às mulheres brancas, pois elas instauram um conjunto de valores nos quais as mesmas se reconhecem.

Silvia Federici (2015) também diz que, mulheres pobres, embora brancas, têm outro *status* na sociedade capitalista. A filósofa aponta que, na passagem do sistema feudal à primeira fase de acumulação do capital, no século XV, mulheres, na Europa, sofreram

seus corpos para melhor serem utilizados. Uma das formas, por exemplo, foi a grande difusão do estupro das mulheres servas e das camadas mais pobres por homens de todas as extratos sociais. A França, inclusive, nesse período descriminalizou o estupro, gerando uma onda de violência e misoginia contra estas mulheres. Patricia Hill Collins (2004) também fortalece esta tese, ou seja, a de que mulheres negras, pobres e/ou trabalhadoras são representadas como “cadelas”, que é uma reformulação da imagem da mula da escravidão, visto que a mula era considerada um animal teimoso. No entanto, como os valores da burguesia são incorporados pela classe trabalhadora, no Brasil, mulheres brancas das camadas baixas, apesar das privações e da opressão, também podem fazer uso de alguns comportamentos infantis, como o caso da prima citada acima.

2. Infância e raça no Brasil: as bases da infantilização e das suas vantagens

“Corpo non si nasci, si diventa” (Corpo não se nasce, se torna) é o livro da antropóloga italiana Michela Fusaschi (2018) em que ela enfatiza a construção do significado dos corpos no contexto em que ele nasce. Nascer branco ou com traços aproximativos do modelo nórdico, no Brasil, significa possuir privilégios que condicionam direitos e ampliam o acesso às diversificadas oportunidades profissionais, assim como aos afetos e, até mesmo, traça caminhos para a construção do “eu”. Desde o nascimento, nossos corpos são moldados por discursos que tornam evidentes, desde a infância, relações de subserviência historicamente institucionalizadas. Os lugares destinados às mulheres brancas e negras são bem definidos, sendo a dominação de umas e a subordinação das outras, questões estruturantes das relações sociais/raciais da realidade brasileira. Ou seja, em uma sociedade pautada pelo racismo que pressupõe uma inferiorização de umas em detrimento de outras, aquelas consideradas racializadas, nós negras sempre seremos reduzidas ao biológico, por meio de narrativas e práticas que legitimam nossa pouca evolução, ligadas à natureza, fixadas nas similaridades dos animais.

Desses lugares desiguais entre mulheres, como a relação e os tipos de trabalhos que ocupam, assim como moradia, salário ou renda, saúde e feminicídio, temos várias pesquisas e dados, como, por exemplo,

os levantamentos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Já sobre a construção das subjetividades, a partir do marcador racial, ligado ao gênero e à classe, que condiciona comportamentos e formas de estar no mundo, precisamos ainda avançar, sobretudo para desconstruir a ideia liberal de que o indivíduo escolhe seu próprio caminho, em base ao mérito pessoal. Há uma produção de marginalização de determinados corpos na sociedade brasileira embasada no fenótipo, a partir do qual será definido o modo como estes serão tratados através, na mídia, nos discursos e nas práticas. Para isso, falaremos da infância onde formamos nossas percepções sobre o mundo e sobre nós mesmas, quem somos para os outros e qual o nosso valor ou não valor nos espaços de socialização.

Fabiana Oliveira e Anete Abramowicz (2010) no artigo *Infância Raça e Paparicação*, trazem os resultados de uma pesquisa de campo realizada em uma creche no interior de São Paulo que acolhe crianças de zero a três anos de idade e revelam como as práticas das educadoras expõem o racismo no tratamento diferenciado de crianças brancas e de crianças negras. As primeiras eram sempre elogiadas com palavras como: “minha princesa”, “olha como ele é educado”, “meu homenzinho” etc. Já as segundas, diante dos mesmos comportamentos, eram chamadas de “difícil”, “vulcão”, “mal educado” ou eram acusadas de fazerem sujeira na hora de comer. Sem contar que crianças brancas eram recorrentemente colocadas no colo, acalmadas quando choravam e recebiam maior afeto e cuidado. Crianças negras, quando muito, eram colocadas entre as pernas das cuidadoras, mas não no colo. Algumas se referiam ao peso da criança negra, dizendo que era muito pesada para ser colocada no colo ou levantada, ou ainda, se referiam ao suor, sugerindo nojo.

Meninas negras não são tratadas dessa forma, são “adultizadas” em tenra idade, tratadas como menos inocentes e mais maduras, como mostra uma pesquisa realizada pela faculdade de direito da Universidade da Georgetown, Estados Unidos⁵. A pesquisa realizada com meninas negras de cinco a quatorze anos mostra que os estereótipos de raça contribuem para acelerar o processo de sexualização e “adultização” destas meninas, expondo-as à maior violência e desproteção.

5 Os dados são do relatório *Girlhood Interrupted: The Erasure of Black Girls' Childhood* (Infância Interrompida: O Apagamento da Infância de Crianças Negras, em tradução livre), do Georgetown Law Center on Poverty and Inequality, 2017. Acesso no site: [The Center on Poverty and Inequality | The Center on Poverty and Inequality | Georgetown Law](https://www.povertyactionlab.org/publication/girlhood-interrupted-the-erasure-of-black-girls-childhood)

Com isso, mesmo se meninas negras fizessem “biquinhos”, chorassem ou demonstrassem fragilidade, isso não seria considerado pela sociedade como é o caso das meninas brancas. Os estereótipos não permitem.

O que isso revela sobre a nossa sociedade? Que desde muito novas, crianças brasileiras já sentem, embora não consigam explicar e elaborar, a diferença de tratamento. Crianças brancas sabem que têm maior capital social e afetivo com os adultos ao seu entorno. As instituições de ensino representam um dos primeiros espaços onde o racismo cotidiano se manifesta e onde se revelam as práticas diferenciais no tratamento de pessoas em base ao seu fenótipo, ou seja, o conjunto de suas características observáveis.

A família é outra instituição que também incorpora e reproduz o racismo estrutural. A socióloga afro-americana Elizabeth Hordge-Freeman (2015) realizou uma pesquisa de campo durante quatorze meses em Salvador, com famílias negras e multirraciais da classe trabalhadora e, examinando raça e gênero, a autora ilustra os privilégios da brancura, revelando como os membros com características mais “negras”, muitas vezes experimentam dificuldades materiais e emocionais. Dos laços parentais, às interações entre irmãos, às relações familiares, ela revela a conexão entre a proximidade da brancura e a distribuição do afeto dentro das famílias. Logo na introdução do seu livro intitulado “The Color of love: Racial Features, Stigma, and Socialization in Black Brazilian Families”, ela ressalta que, a fala de uma sua colega negra durante sua estadia na Universidade da Bahia, é reveladora das relações raciais e afetivas nas famílias, o que indicou para ela, uma hierarquia na preferência dos filhos:

Ah, sim! Em uma família, as pessoas estão felizes em ter filhos, elas têm o escuro primeiro (...) mas quando o branco vem tudo muda! o branco é tratado muito bem e o escuro é esquecido. O preto é punido porque se diz que tem a “cara de escravo”. (Hordge-Freeman, 2015, introdução).

A autora continua:

No contexto brasileiro, há um forte investimento na ideia de amor só de mãe, que idealiza o amor incondicional por seus filhos. Desestabilizando esta ideia, defendo que em uma sociedade racializada, todos os recursos, mes-

mo o amor e o carinho, são simbólicos e desigualmente distribuídos, na maioria das vezes (embora nem sempre) de forma a beneficiar os membros da família que mais se aproximam da brancura. (Elizabeth Hordge-Freeman, 2015).

A partir de suas entrevistas e observação participante ela introduz o termo *Capital Afetivo* que quer dizer as diferentes formas de distribuição e experiências de amor e afeto no interior das famílias em base aos atributos físicos de cada membro.

(...) Este termo se refere aos recursos emocionais e psicológicos que uma pessoa ganha ao ser avaliada e apoiada positivamente e ao receber frequentes e significativas demonstrações de afeto. Estas expressões companheiras de amor, que moldam significativamente a vida das pessoas, envolvem “expressão facial, tom vocal, linguagem corporal, tato, sensações fisiológicas, experiência subjetiva, avaliação cognitiva, e tendências de ação comportamental”. a noção de capital é crítica porque a emoção positiva de alegria, orgulho e amor pode servir como “recursos pessoais duradouros... que constroem resiliência psicológica, em vez de apenas refleti-la”. Ou seja, as emoções positivas geradas pela afirmação de interações sociais com as famílias e fora delas podem gerar recursos pessoais ligados a maior criatividade, resiliência e bem-estar emocional. (Elizabeth Hordge-Freeman, versão digital (s/p), 2015).

O que isso quer dizer? Que o que recebemos como afeto, discursos, repreensões, permissões etc. pode forjar nosso modo de estar, sentir e de ser no mundo. Diante disso, voltemos ao exemplo da prima branca. Até mesmo o seu modo de falar é infantilizado, ela recorre constantemente ao “biquinho” para se expressar, muda o tom da voz para parecer criança nas suas interações sociais. Porque? Porque desde pequena foi tratada como princesa, frágil e todos ao seu redor a protegem e sustentam essa imagem. Ela, por sua vez, aprendeu que este papel de gênero, historicamente fundamentado na lógica patriarcal e, por conseguinte, do “sexo frágil”, juntamente com a raça, lhe faz ter algum reconhecimento social, ganhando elogios cada vez que age como esperam dela e, assim, afirma-se através desse papel.

A própria imagem das “sinhazinhas”, por exemplo, as sinhás-moças ou sinhás, criada no período colonial, retrata, não somente uma posição social de prestígio dessas mulheres, dessas donzelas, mas o tratamento mimado/privilegiado que as mesmas deveriam receber.

Esta figura da “sinhazinha” está atrelada, exclusivamente, às mulheres brancas, como podemos verificar nos romances literários ou nas novelas brasileiras de época, sendo marcadas, principalmente, por falas sempre polidas, que simulam ingenuidade, e lhes garante seu lugar de “damas”, “dondocas”, afirmando uma “fragilidade” por conveniência, que serve para encobrir ou justificar sua “não intencionalidade” em cometer atitudes racistas e assegurar privilégios.

Uma das manifestações do fenômeno que nomeamos como *infantilização da mulher branca* se manifesta através do choro que, geralmente, produz mobilização e comoção, isentando-a de responder por suas atitudes racistas contra negras e negros. Além disso, o choro representa uma chantagem emocional também em relação aos homens para, assim, receberem proteção. A performatização destas mulheres através do choro, facilmente, lhes garante o lugar de vítimas, fazendo com que recebam apoio da sociedade, mesmo em casos em que cometam crimes. Isto corrobora para o fenômeno que a psicóloga Cida Bento (2022) chamou de *Pacto narcísico da branquitude*, o qual se entende como um acordo não verbalizado de autopreservação que atende a interesses de determinados grupos e, por pressuposto, contribui para a perpetuação do privilégio de pessoas brancas. A autora assinala o referido pacto trata-se de uma:

Herança inscrita na subjetividade do coletivo, mas que não é reconhecida publicamente. O herdeiro branco se identifica com outros herdeiros brancos e se beneficia dessa herança, seja concreta, seja simbolicamente; em contrapartida, tem que servir seu grupo, protegê-lo e fortalecê-lo (BENTO, 2022, p. 24).

Na medida em que mulheres brancas são produzidas pelos aspectos socioculturais como “frágeis”, a partir da brancura, valendo-se do choro como suposta superioridade de seus sofrimentos psíquicos, nós, negras, somos construídas compulsoriamente como fortes, “mulas”, na medida em que reprimimos nossas emoções para garantir nossa segurança material. Uma

tática liberal racista que incentiva sermos inabaláveis, mesmo em meio às dores, às desigualdades econômicas e ao genocídio do homem negro, principalmente, tendo que suportar todo tipo de exploração, seja pela força de trabalho ou através da objetificação dos nossos corpos. E, quando ousamos expressar nossas emoções, somos classificadas como raivosas ou agressivas, com o intuito de sermos silenciadas e desqualificadas diante das situações de humilhação que somos expostas diariamente. O racismo nos violenta, nos desumaniza e emudece diante de situações de intenso sofrimento psíquico, ao darmos pouca importância para o que sentimos, quando não, nos produz sentimento de vergonha diante das nossas dores, calando nosso choro, nossas necessidades mais íntimas, nosso banzo! Vivemos em uma sociedade pensada por brancos e para os brancos, onde nós não somos autorizadas a receber cuidado, ao contrário de mulheres brancas burguesas.

No meu consultório de psicologia, ouço inúmeras situações de pessoas negras que relatam dificuldades de chorar, pois elas se envergonham disto, e, em algumas situações mais graves chegam a se autoflagelar para evitar as lágrimas. Modos de estar no mundo que são transmitidos de geração a geração e fortalecidos por toda uma engrenagem racista. No doutorado fiz parte de um grupo de pesquisa, com outros pesquisadores, onde discutimos os projetos uns dos outros em meio às dores e aos prazeres do ato de autorizar-se a escrever. A tarefa, embora aparentemente parecesse propícia para trocas de saberes, também pressupunha disputa de poderes no enfrentamento de epistemologias colonialistas para produzir saber e poder, através da subjugação de determinados grupos. Isto evidencia o quanto certos discursos, que sempre colocaram o negro como objeto de estudo, ainda hoje são fortalecidos e reforçados no âmbito acadêmico. Porém estão sendo tensionados pela nossa presença enquanto sujeitos da própria história e escrita em oposição a todo projeto colonialista.

Certa vez, uma colega branca apresentou sua pesquisa no grupo, relatando sua experiência no campo em um quilombo, onde se limitou a observar o modo como as meninas negras daquela localidade admiravam a cor de seus olhos, de sua pele e a textura de seus cabelos. Esse tipo de fala já tinha surgido em outra ocasião por outra pesquisadora, também branca. Fiquei muito irritada ao ouvir como aquelas meninas negras eram descritas. Fui levada a refletir sobre a dimensão do discurso vindo destas pesquisadoras que pressupu-

nam, ao mesmo tempo, que o olhar daquelas meninas quilombolas significava admiração de seus corpos, de suas aparências e dos seus atributos físicos considerados culturalmente desejáveis, enquanto aquelas crianças eram vistas como se recusassem a própria imagem. Ou seja, o que essas pesquisadoras estavam dizendo fortalecia aquilo que socio culturalmente é naturalizado sobre o corpo negro, a partir de um pacto velado (Bento, 2022): a inferioridade, o desajuste, em relação a «beleza», a supremacia do corpo da mulher branca. A partir disso, fiz a seguinte pergunta: «o que você acha que essas meninas negras quilombolas veem em você?» O silêncio dela e de outras mulheres brancas ressoou no grupo, e, em seguida, a colega desabou a chorar. Em todos os encontros a pergunta não respondida parecia acompanhá-la e ela reagia à falta de uma autocrítica de sua branquitude com o choro. Assim, na medida em que ela foi acolhida pelo grupo e consolada, sob o véu do pacto narcísico, por meio do qual os (as) brancos (as) estabelecem uma proteção entre si, eu fui inferiorizada, da mesma maneira que aquelas meninas negras quilombolas foram, ao ser considerada “inconveniente” pelas pesquisadoras brancas. Deste modo, fui responsabilizada por constranger a colega, por bloquear seu processo de escrita e, portanto, posteriormente, por obrigá-la a mudar o tema de pesquisa, tendo em vista a violência que a mesma dizia ter sofrido através da “forma”, dita pouco civilizada, que eu havia questionado sua experiência no campo. O argumento principal que acompanhava o choro, entre um soluço e outro, era o da boa intencionalidade e ingenuidade ao tratar daquele assunto. A pesquisadora via-se acusada de racismo por mim, minha presença ali a remetia a isto. É comum que no racismo o opressor seja produzido como oprimido e quem sofre a violência tornar-se o agressor (a). Foram meses e meses, em que me senti exposta e colocada nesta situação como agressiva e raivosa, fui silenciada pelo choro daquela mulher branca, tendo que “zelar” pelo seu bem estar, enquanto era culpabilizada por seu sofrimento. Mas, identifiquei que aquela situação se tratava de um processo que a branquitude atualiza para silenciar e anular nossa produção intelectual, e, assim, não se pensar de forma crítica a dita supremacia branca, perpetuando uma lógica colonialista que invisibiliza modos de vida e saberes do povo negro e quilombola. O choro e a infantilização daquela pesquisadora não

me causaram comoção, pois tratava-se de um recurso utilizado, recorrentemente, pela branquitude para velar e impedir a exposição de práticas excludentes, neste caso, por meio da “paparicação” de mulheres brancas, que tanto contribuem para a estigmatização de meninas e mulheres negras como inconvenientes, agressivas ou raivosas.

(Vanessa Diniz)

Hill Collins chama de “Imagens de Controle” esses estereótipos criados no período da escravização e colonização. Esse conceito foi criado para explicar que essas imagens são, na verdade, formas de nos definir para melhor nos controlar, criadas pelo capitalismo branco masculino e, quando não, utilizar-nos como um recipiente esvaziado de subjetividade, aniquilando nosso pensamento e nosso corpo. Entre essas imagens estão: servas, mães pretas, prostitutas, mulas, raivosas, rudes, pouco femininas, emotivas, passionais, insaciáveis sexualmente, perigosas, desviantes, impuras, agressivas e até objeto de estudos.

E quem melhor para perceber a infantilização de mulheres brancas? A sua outra⁶, ou seja, mulheres negras, pois este comportamento é tão naturalizado para mulheres brancas, sobretudo burguesas, que passa despercebido no dia a dia. Nós, mulheres negras, temos uma vasta experiência com esta infantilização de nossa Outra, pois historicamente, participamos intensamente da vida privada dela, conhecemos os bastidores das artimanhas, seja pelas vivências pessoais ou pelas histórias de nossos ancestrais nas suas cozinhas.

3- Dispositivo de gênero & Dispositivo de racialidade na construção das subjetividades femininas

Dispositivo é um conceito de Michel Foucault que quer dizer um tipo de prática de poder, dita ou não, adoperada pelas instituições a fim de manter controle sobre corpos e indivíduos para regular comportamentos, subjetividades, sexualidade etc. Para o filósofo, um dispositivo tem “um tipo de formação que, em determinado momento histórico, teve como função principal responder a uma urgência.

6 A outra da Outra” é uma expressão de Gadra Kilomba no livro “Memórias da Plantação”. A autora utiliza a feminista francesa Simone de Beauvoir que diz que a mulher é a outra do homem. Neste caso, a mulher negra é a Outra da mulher branca.

O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante.” (FOUCAULT, 1979, p. 244).

A partir disso, Sueli Carneiro nos apresenta, na sua tese de doutorado (2015) a ideia de Dispositivo de racialidade na sociedade brasileira que age, de forma explícita ou não, para submeter a população negra. Esse dispositivo produz saberes, poderes e subjetividades e, na visão da autora: dispositivo de racialidade vem se constituindo historicamente em elemento estruturador das relações raciais no Brasil (CARNEIRO, 2015:33). Em linhas gerais, o Dispositivo de Racialidade é:

Uma noção relacional que corresponde a uma dimensão social, que emerge da interação de grupos racialmente demarcados sob os quais pesam concepções histórica e culturalmente construídas acerca da diversidade humana. Disso decorre que ser branco e ser negro são consideradas polaridades que encerram, respectivamente, valores culturais, privilégios e prejuízos decorrentes do pertencimento a cada um dos pólos das racialidades. (CARNEIRO, 2015, p. 34).

A psicanalista e professora universitária Valeska Zanella⁷, também trabalha com a noção de Dispositivo aplicada ao gênero. Ela diz que o Dispositivo de Gênero cria alguns comportamentos que são conteúdo do gênero feminino e do gênero masculino. Em uma sua fala no podcast Nu Frontal⁸, ela diz que o choro é aceitável como expressão feminina, mas a agressividade e a raiva, não. No entanto, estudos sobre raça, sobretudo a teoria feminista negra, nos mostram que o gênero não acomuna todas as mulheres e, assim, o choro não é expressão feminina para mulheres negras, pois estas são ligadas à força, ao sexo, ao trabalho e à agressividade e raiva, afetos reprovados em mulheres brancas. Nós, mulheres negras, fomos construídas fisicamente como “burros de cargas” ou “mule”, fortes, incansáveis para o uso de nossa mão de obra e, por outro lado, para a reprodução. Quando convém nos tiram o gênero, igualando-nos aos homens no mesmo tipo de trabalho e, quando precisam dos nossos úteros, chamam-nos de reprodutoras, como bem lembra Davis em “Mulheres, Raça e Classe”.

Mas as mulheres (negras) também sofriam de forma dife-

⁷ Valeska Zanella é pesquisadora da área da saúde mental e gênero do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília.

⁸ Ver a entrevista no site Ep 03: Dispositivos de gênero, com Valeska Zanella - Nu Frontal | Podcast no Spotify

rente, porque eram vítimas de abuso sexual e outros maus tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas. A postura dos senhores em relação às escravas era regida pela conveniência: quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmeas (DAVIS, 2016, p.19, grifo das autoras).

bell hooks (2013) em “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” diz que esse lugar construído para a mulher negra também foi usado pelas mulheres brancas a fim de nos controlar e afirmar seu poder de raça junto aos homens brancos. Muitas delas, no período escravocrata, temendo perder os privilégios junto aos seus, empurravam mulheres negras para esses “lugares”, toda vez que tentavam sair. Foi assim ao desacreditá-las nos casos dos estupros cometidos por seus maridos, pais e irmãos brancos, culpabilizando as próprias mulheres negras pela violência. Foi assim, toda vez que algum homem branco queria estabelecer algum vínculo afetivo ou econômico com as mulheres negras, sendo as brancas, as primeiras a denunciar e a chamar em causa a rede de apoio branca para puni-las, quando não, até matá-las. As feministas brancas que definem como norma de mulher a própria experiência, diz bell hooks (2013, p. 243), romantizam a tal ponto a conexão das mulheres negras em suas cozinhas, com o termo “quase da família”, que toda vez que essas tentam apontar a relação de poder nessas práticas são consideradas “negras raivosas” (*ibidem*, p. 139). Assim, “em vez de explorar as razões pelas quais essa hostilidade existe ou de lhes atribuir alguma legitimidade como reação adequada à dominação e à exploração, elas veem a mulher negra como teimosa, problemática, irracional e louca” (*ibidem*, p. 137-138).

4. Conclusão

Vê-se que, na estrutura brasileira, marcadamente racista, classista e patriarcal, a construção da subjetividade de mulheres brancas e negras depende do lugar no qual estas estão inseridas. Há uma conjuntura que acomuna mulheres brancas, das camadas privilegiadas, outra para mulheres negras, ainda maioria que o ocupa os empregos mal remunerados e de cuidado das primeiras.

Esta estrutura, por vezes invisível, forja o comportamento de infantilização de mulheres brancas, o que as levam a comportar-se no espaço privado e público, de modo a obter vantagens através desta suposta fragilização e atitudes infantilizadas, como o choro, o tom de voz e o modo de mover o corpo. O fenótipo, neste caso, é determinante para a incorporação deste tipo de comportamento, pois, notamos que, o mesmo para mulheres negras não se verifica, uma vez que invocamos força, trabalho e cuidado dos outros.

Este tipo de subjetividade, típica de nossa estrutura colonialista e capitalista periférica, afeta as relações entre mulheres negras e brancas. Enquanto, em nome de uma suposta natureza que tudo aguenta, nos negam o direito de expressar nossas emoções. Então para algumas, comportam-se como eternas “meninas”, com quarenta, cinquenta ou sessenta anos. Mesmo diante de erros ou crimes é praxe, na realidade brasileira, a infantilização de mulheres brancas, economicamente privilegiadas, oferecer-lhes a presunção de inocência, o que para mulheres negras, mesmo sendo vítimas de estupros ou abusos na infância, são impedidas de receberem apoio e cuidado, vendo uma inteira sociedade imputar-lhes culpa.

Para mulheres negras, é fundamental criar espaços seguros para desaguar, para produzir percursos para que nossas águas salgadas mais profundas possam aliviar os açoites subjetivos que hoje sofremos nas nossas mentes, mas que outrora eram, exclusivamente, efetuados nos nossos corpos. O racismo faz com que invisibilizem as nossas expressões emocionais desde a infância, gerando uma mortificação pela via da implosão, simbólica e material, através da qual sucedem nossos adoecimentos físico e mental.

Já para mulheres brancas, o nosso patriarcado capitalista, aliado ao racismo estrutural requer atitudes infantilizadas, isentando-as de assumir responsabilidade diante das desigualdades e opressões. Daí a necessidade de expor as artimanhas de um feminismo que tenta, a todo custo, nos unir pelo gênero, como se os outros pilares da opressão não nos diferenciasssem. Não raras as vezes em que feministas se beneficiam da infantilização e tiram vantagens disso nas relações, sejam com homens, sejam com mulheres negras.

5. Referências bibliográficas

ABRAMOWICZ, Anete; OLIVEIRA, Fabiana. *Infância, Raça e “Paparicação”*. Educação em Revista, vol.26, n.2, Belo Horizonte, ago. 2010.

BENTO, Cida. *O pacto da branquitude*. 1ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BOURDIEU, Pierre. *Participant Objectivation*. Journal of the Royal Anthropological Institute. V. 9, n.2, p. 281-294, June 2003.

CARNEIRO, Aparecida Sueli; FISCHMANN, Roseli. *A construção do outro como não-ser como fundamento do ser*. 2005. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Feminist Thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment*. New York: Routledge, 2000.

COLLINS, Patricia Hill. *Black Sexual Politics African Americans, gender, and the new racism*, Routledge, New York, 2004.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

ESTEBAN, M.L. *Antropologia Encarnada. Antropologia desde una misma*. Papeles de CEIC 12, jun., 2004.

FEDERICI, S. *Calibano e la strega. Le donne, il corpo e l’accumulazione originaria*: Milano, Mimesis, 2015.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, Graal, 1979.

FUSASCHI, Michela. *Corpo non si nasce, si diventa*. Editore Sisu, Roma, 2018.

HARAWAY, D. *Saberes localizados: a questão da Ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial*. Cadernos Pagu (5), pp. 07-41, 1995.

HOOBS, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da Liberdade*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

HORDGE-FREEMAN Elizabeth. *The color of love: Racial Features, Stigma, and Socialization in Black Brazilian Families*. University of Texas Press, Austin, 2015.

KILOMBA, Grada. *Plantation Memories: Episodes of everyday racism*. Munster: Unrast, 2012.

MOORE, Carlos. *Racismo e sociedade – novas bases epistemológicas para entender o racismo*. 2ª edição – Belo Horizonte: Nandyala, 2012.

REPORTAGEM

< Entrevista de Suzane Von Richthofen ao Fantástico em abril de 2006 >. 09 de abril de 2006. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8Mj4qVm5teU>. Acessado em fevereiro de 2022.

FILME

A menina que matou os pais. Direção de Maurício Eça. Produção de Marcelo Braga. Brasil. Distribuição Amazon Prime Video. 24 de setembro de 2021.